

A demarcação das fronteiras da Amazônia: os padres matemáticos italianos



Vasco Mariz

Historiador e diplomata aposentado. Ex-Embaixador do Brasil no Equador, Israel, Chipre, Peru e Alemanha

Decididamente, Alexandre de Gusmão foi o Barão do Rio Branco do século XVIII, assegurando, graças ao Tratado de Madri de 1750, à coroa portuguesa e indiretamente ao Brasil de hoje, amplos territórios ao sul do País e, sobretudo, na Amazônia, em prejuízo das áreas ocupadas tradicionalmente pelos espanhóis, do outro lado da linha de Tordesilhas. Seus feitos e sua glória infelizmente são pouco conhecidos do brasileiro médio e me parece justo tentar divulgá-lo melhor. Mas antes de chegar aos misteriosos padres matemáticos italianos contratados na Universidade de Bolonha, na Itália, para determinar os limites da Amazônia portuguesa, vamos contar um pouco da extraordinária história do próprio Gusmão.

Alexandre viu a luz em Santos, São Paulo, em 1695, filho do cirurgião-mor de um presídio daquela cidade. Teve numerosos irmãos e um deles ficou célebre em Portugal bem antes dele: Bartolomeu de Gusmão, o chamado “padre voador”, o inventor da passarola, que

voou em Lisboa com o seu aeróstato de ar quente. Antecipou-se em quase um século aos irmãos Montgolfier em Paris. Bartolomeu mandou chamar do Brasil o jovem irmão Alexandre, que chegou a Lisboa aos 15 anos de idade apenas e já prometia muito graças aos seus estudos de ciências matemáticas. O rapaz possuía um físico agradável: era alto, de olhos pequenos, sempre polido e sem afetação. D. João V gostou dele e mandou-o estudar em Paris, por interferência de Bartolomeu, que conseguiu a sua nomeação como secretário da embaixada portuguesa. Estavam em plena idade de ouro de Luís XIV e Alexandre frequentou cursos de matemática e jurisprudência, conheceu pessoalmente personalidades interessantes e aperfeiçoou seu francês. Lá passou cerca de cinco anos e em 1720 regressou a Lisboa. Estava com 25 anos e já gozava de suficiente prestígio para depois ser enviado pelo rei a Roma para tentar destrinçar várias questões pendentes que Portugal tinha com a Santa Sé. O papa Benedito XIII gostou tanto do jovem Alexandre que lhe deu o título de “príncipe romano”, que ele declinou modestamente. Só regressou a Lisboa em 1729 e já estava com 34 anos.

D. João V, que o tinha em alta conta, elevou-o a “fidalgo da Casa Real” e “Escrivão de Puridade”, quando ele começou a adentrar-se nos segredos da política exterior do reino. Foi encarregado de conduzir os negócios com o Vaticano, que já conhecia bem, e pouco depois, também os do Brasil. Em 1735, ampliou sua área com os problemas europeus de Portugal. Em 1743 foi nomeado conselheiro e ministro do famoso Conselho Ultramarino, onde realizaria notável trabalho no setor da administração portuguesa no Brasil. Incentivou a emigração dos Açores e da ilha da Madeira para o Brasil e colonizou os estados do sul do País com grupos de 60 casais de agricultores. Araújo Jorge comentou que Gusmão decidiu animar a exploração do ouro no Brasil, substituindo o imposto do quinto pelo da capitação,

medida depois revogada por Pombal.¹ O esplêndido livro de Jaime Cortesão sobre o tratado de Madri relata pormenores interessantes de seu cuidadoso planejamento.

Homem de imensa cultura, Alexandre criou vários bispados em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Pará, incentivou o desenvolvimento da indústria e a exploração do ouro. Camilo Castelo Branco definiu-o como “o mais avançado espírito do seu século”.² Essa era a personalidade que D. João V escolheu para negociar com o mundo espanhol os diversos problemas de fronteiras do Brasil, ao Norte e ao Sul. Os resultados seriam espetaculares e muito devemos a ele, se olharmos o mapa do Brasil de hoje. Se as negociações do Barão do Rio Branco nos deram quase 900 mil km² de territórios sem derramamento de sangue, Alexandre de Gusmão nos legou mais do que o triplo dessa área. Lembro que o Brasil da sua época, de acordo com a linha do Tratado de Tordesilhas, começava na altura de Belém do Pará e terminava em Cananeia. Graças ao seu Tratado de Madri, Gusmão conseguiu levar nosso território na Amazônia até as faldas dos Andes. Ao Sul, criou uma fórmula realista para solucionar a questão da Colônia do Sacramento, alargando consideravelmente as províncias do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A nossa sorte é que o Marquês de Pombal, apesar de não gostar pessoalmente de Gusmão, teve a clarividência de apoiar firmemente quase todas as medidas por ele previstas. Infelizmente, correu muito sangue no território das Missões, sobretudo, por culpa dos jesuítas, que se recusaram a obedecer ao Tratado. Acabaram expulsos de Portugal e das colônias em 1759 pelo Marquês de Pombal.

Logo após a assinatura do Tratado de Madri, D. João V veio a falecer e seu sucessor D. José I trouxe para o poder o eficientíssimo, mas, temível, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal. O prestí-

gio de Gusmão era notável na época e isso não podia agradar muito ao vaidoso primeiro-ministro, que se revelaria esplêndido administrador, mas invejoso e temperamental. O choque entre os dois não tardou a acontecer e Alexandre foi afastado de tudo e até perseguido pelos esbirros do primeiro-ministro. Ele tentou defender-se com seu documento “Impugnação”, mas o poder de Pombal o esmagou. Um incêndio suspeito em sua casa destruiu o prédio e lá faleceu sua esposa Maria Teixeira Chaves e queimou-se a sua preciosa biblioteca. Um ano depois, pobre e em quase completa desgraça, Gusmão veio a falecer em 30 de dezembro de 1753. Tinha 58 anos apenas.

Bem antes dessas importantes atividades de Alexandre de Gusmão, o governo português já vinha utilizando padres matemáticos e astrônomos para fixar a verdadeira posição das terras portuguesas no Brasil em relação ao meridiano do Tratado de Tordesilhas. Em 1729, os padres Domenico Capassi (Nápoles, 1694-1736) e Giovanni Battista Carbone (Brescia, 1729-1790) foram contratados por D. João V para trabalhar em Lisboa, onde criaram um observatório astronômico e depois vieram para o Rio de Janeiro para melhor ordenar as cartas geográficas. Construíram um observatório astronômico no morro do Castelo e fizeram um útil levantamento da costa Sul do Brasil. A seu lado estava também outro competente sacerdote, o lisboeta Diogo Simões, cuja atuação foi notável.

Os padres Soares e Capassi trabalharam nada menos de 18 anos, em várias partes do Brasil, com a sistemática finalidade do Estado de fazer estudos preparatórios para delimitar a soberania política entre os dois impérios em eventual próxima negociação. Ao preparar a documentação para a defesa da tese lusa nas negociações para o Tratado, Gusmão guardou completo segredo sobre os trabalhos anteriormente realizados por aqueles dois sacerdotes matemáticos.

Lembro que os mapas dos matemáticos eram segredos de Estado, pois, por ordem de El-rei havia sempre duas versões desses mapas: a verdadeira e a que se deixava filtrar propositalmente para os espanhóis. A elaboração desses mapas sempre tinha óbvio propósito político a médio prazo. Na época sabia-se muito bem que a Colônia do Sacramento estava muito longe do meridiano de Tordesilhas, o que dificultava bastante as nossas pretensões. Jaime Cortesão afirmou que até as vésperas do Tratado de Madri, os jesuítas do Paraguai sabiam da missão dos padres matemáticos, mas ignoravam por completo o seu resultado. O segredo era total. A posição exata do meridiano de Tordesilhas era ciosamente escondida pelas autoridades portuguesas.

Durante as negociações do Tratado em Madri, a delegação lusa se esforçou, sobretudo, por encontrar uma solução definitiva para o problema da Colônia do Sacramento, último bastião português na foz do rio da Prata, bem defronte a Buenos Aires. A fortaleza lusa era um verdadeiro desafio ao poderio espanhol, no Prata, e fonte de continuadas escaramuças militares. Na realidade, os portugueses tinham pouca serventia para aquela praça forte, mas insistiam em mantê-la como moeda de troca para tranquilidade no Uruguai e nas províncias do Sul, sempre vulneráveis a aventuras militares espanholas. Comerciantes portugueses e brasileiros menos escrupulosos utilizavam a Colônia com um centro de contrabando pelo rio da Prata. O momento era oportuno porque em 1746 falecera o rei espanhol Felipe V e seu filho e herdeiro do trono, Ferdinando VI, era casado com a infanta portuguesa D. Maria Bárbara, que exercia muita influência sobre seu marido.

“Qual o dever da rainha?” – se pergunta Jaime Cortesão em seu livro³ – “Se o seu real esposo era doente e inepto e ela era mais capaz, Bárbara de Bragança apoiou Alexandre de Gusmão com prudência, sensatez e moderação.”

As negociações foram iniciadas e Alexandre enviava ao embaixador em Madri vários tipos de propostas e contrapropostas a serem submetidas e aprovadas pelo gabinete espanhol. Alexandre sempre teve o apoio da rainha portuguesa da Espanha. Gusmão aconselhava seus delegados a mostrarem que “Portugal não procurava ganhar terreno, mas só regular os confins por balizas conspícuas e indubitáveis, para evitar dissensões no futuro”. Enquanto isso Tomás da Silva Teles, o principal delegado português, diligente e zeloso embaixador, continuava a tecer e a alargar a sua teia. Segundo Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão agia com

“frio realismo político e uma franqueza e audácia de pensamento notáveis. Ele deixava entrever nas negociações com os espanhóis, com prudentes negações, o engodo da cedência da Colônia do Sacramento e seu território por um câmbio proporcionado. E com que astuciosa habilidade o fez!”⁴

As relações entre os dois países melhoravam rapidamente e na época ambas as partes estavam cansadas das permanentes disputas sobre a Colônia do Sacramento, sempre com gastos consideráveis e sangue derramado. Houve muita objetividade das duas coroas e o tema foi abordado com vontade de acertar. Alexandre de Gusmão em Lisboa assumiu a direção do litígio, adotando atitude completamente diferente de como era antes tratada a questão. Ele aceitava a entrega da Colônia do Sacramento em troca de concessões substanciais dos espanhóis. Gusmão visava, sobretudo, a posse de territórios imensos ocupados esparsamente por missões religiosas, bandeirantes e aventureiros nas regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazonas, e suas ambições chegavam até os vales dos rios Negro, Branco e Japurá, na Amazônia. Como escreveu em seu ensaio o neto do Barão, Miguel do Rio Branco.⁵

“Gusmão trabalhava entre os mapas e as informações recebidas dos governadores dessas regiões, das missões Carmelitas e de todo e qualquer funcionário que lhe pudesse enviar algo de positivo. De Lisboa, ele bombardeava o embaixador português com sucessivas cartas, minutas e propostas. Para poder pôr em prática seu plano, Gusmão recorreu a uma cláusula do Tratado de Utrecht, de 1715, segundo a qual a coroa da Espanha poderia propor a troca da Colônia do Sacramento por qualquer composição territorial.”

Em relação à Amazônia, que é o objeto de nosso estudo, Alexandre de Gusmão assim se manifestou nos documentos iniciais para o Tratado de Madri.

“No país que corre entre os rios Amazonas e Orinoco há muitos Carmelitas portugueses pelo rio Negro acima e por outros que nele deságuam, oito missões. (...) Tornamos a propor que fiquem os limites pelas vertentes das águas que dividem a sobredita serra para o Amazonas e para o Orinoco, sem embargo de tocar à repartição da Espanha tanto maior porção de terras desocupadas, quanto vai da mesma serra até as primeiras missões espanholas da banda setentrional do Orinoco, o que é um vasto território.”⁶

Aliás, já um pouco antes das atividades de Alexandre Gusmão, recordo que D. João IV já incentivara expedições em busca do Eldorado na região do Amazonas. Pascoal Paes de Araújo, saindo de São Paulo, comandou um grupo que chegou até o rio Tocantins em busca do Eldorado, lenda que era uma espécie de obsessão na Europa naquela época. Na Amazônia houve também choques entre missionários e bandeirantes, tanto que o líder religioso Samuel Fritz teve de ser embarcado à força para Lisboa.

Voltando diretamente ao nosso tema, lembro que Alexandre jogou sempre com a preocupação básica da coroa espanhola de que a Co-

lônia do Sacramento era uma ameaça constante a sua soberania sobre o vale do rio da Prata, essencial para se obter a continuada tranquilidade da exportação da prata da Bolívia pelo porto de Buenos Aires. Gusmão tentou fazer os espanhóis voltar o Tratado de Tordesilhas contra eles próprios, que haviam superado amplamente, do outro lado do mundo, nas ilhas Molucas e Filipinas, aquela linha estabelecida pelo papa, ao dividir o mundo em 1494 entre portugueses e espanhóis. Pelo Tratado de Utrecht a Espanha deveria devolver as Filipinas a Portugal, mas isso era impensável para Madri. A esperteza de Gusmão foi tentar convencer os espanhóis de que era vantajoso para eles que Portugal abrisse mão das Molucas e das Filipinas em troca das áreas desocupadas de Goiás, Mato Grosso e da Amazônia, que pouco valiam para Madri. Jaime Cortesão no livro citado nos traça um quadro preciso dessas extraordinárias negociações em que Alexandre conseguiu convencer os espanhóis de aceitar o chamado “Mapa das Côrtes” como base nas negociações. Chegamos então à contribuição principal que Alexandre conseguiu nos oferecer, graças à participação de vários especialistas estrangeiros.

O Tratado finalmente foi assinado em Madri em 13 de janeiro de 1750 pelo Visconde Tomás da Silva Teles, em nome do rei de Portugal, e por D. José Carbajal y Lancaster, em nome do rei de Espanha. Como bem observou o neto do Barão do Rio Branco em seu competente estudo anteriormente citado, “ambos reconheciam ter violado o meridiano de Tordesilhas e estavam de acordo em abolir a vigência do mesmo”. Foi uma espécie de *mea culpa* comum. No preâmbulo, Gusmão conseguiu aplicar no campo internacional o velho instituto romano do *uti possidetis* do qual Portugal e o Brasil se beneficiariam espetacularmente. Os dois monarcas realmente estavam dispostos “a estabilizar a paz e projetá-la para o futuro”. Como escreveu também Miguel do Rio Branco:

“Chegamos aqui à norma mais importante e mais revolucionária do Tratado: a transferência para o direito público da aplicação, até então reservada ao direito privado, do princípio do uti possidetis, que um século e meio mais tarde o Barão do Rio Branco faria triunfar em julgamentos internacionais.”

Pelo artigo XIII do Tratado, Sua Majestade Fidelíssima cedeu à coroa da Espanha a Colônia do Sacramento e todo o seu território adjacente na margem setentrional do rio da Prata, bem como a navegação nesse importantíssimo rio, o qual passava a pertencer inteiramente à Espanha. Madri obtinha assim o que mais a preocupava, mas o preço que Gusmão fez pagar por isso foi enorme. Os próprios espanhóis não avaliavam bem o que perdiam. Eles não tinham a noção exata das distâncias na América do Sul, mas Gusmão sabia. Por sua vez no artigo XIV a Espanha entregava a Portugal as regiões do Amazonas da margem do rio Guaporé e, ao Sul, dos chamados Sete Povos das Missões, devendo as aldeias dos índios ser trasladadas da margem oriental do rio Uruguai para “aldear em outras terras de Espanha”. Tal decisão iria criar gravíssimos problemas no futuro próximo, mas isso já é outra história, que agora não temos espaço para abordar. Foi fixado o prazo de um ano para efetuar as cessões que iriam “estabelecer uma sólida y durable armonia entre las dos coronas”. Não seria bem assim.

O Barão do Rio Branco, ao analisar o Tratado de 1750, comentou que “ele deixa a mais viva e grata impressão da boa-fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esses ajustes amigáveis de antigas e mesquinhas querelas”. O Marquês de Pombal, depois de brigar com Alexandre de Gusmão talvez por motivos fúteis e afastá-lo de todos os negócios políticos, aplicaria com firmeza todas as providências recomendadas pelo seu desafeto e nomeou o irmão, Mendonça Furtado, para Governador do Grão Pará, cuja atuação seria decisiva.

Houve críticas em Portugal de que a cessão da Colônia entregava as chaves de nossas minas à Espanha, o que era uma imensa asneira, pois nossas Minas Gerais estavam a mais de mil quilômetros de distância. O próprio Pombal não estava convencido e hesitava em ceder a Colônia. O maior opositor era o Governador da Colônia do Sacramento, o Brigadeiro Vasconcelos, que teria convencido o novo primeiro-ministro da inconveniência do Tratado. Os jesuítas, interessados em conservar as missões onde estavam, alegavam que o Tratado havia violado a bula papal, o Tratado de Tordesilhas e outros seguintes. Acabaram triunfando e um novo tratado assinado no Pardo, em Madri, em 1761 restabelecia quase tudo como dantes. Um desastre. Mas se Pombal cedera em defesa dos contrabandistas da Colônia do Sacramento, ele já decidira por em prática a demarcação da fronteira da Amazônia e confirmou os planos de Alexandre Gusmão. Agora que conhecemos melhor a atuação desses padres matemáticos e astrônomos podemos avaliar até que ponto se formou uma lenda dentro do próprio Brasil à volta de seus trabalhos, por vezes bastante misteriosos.

Os anos passaram e por ocasião da assinatura do chamado Pacto de Família, de 1761, Tratado pelo qual uniu a França, a Espanha e o reino de Nápoles contra a Inglaterra e Portugal, fez reiniciar as hostilidades. Em consequência, o líder argentino Ceballos saiu de Buenos Aires e ocupou Colônia e boa parte da província do Rio Grande do Sul. No entanto, dois anos depois o Tratado de Paris, de 1763, encerrando finalmente a Guerra dos Sete Anos, tudo reverteu e os espanhóis foram obrigados a devolver todas as terras que haviam ocupado ilegalmente no Sul do Brasil. Foi uma grande sorte. Em 1777 falecia o rei português D. José e chegou a vez de o Marquês de Pombal ser demitido. E nesse mesmo ano foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que era quase uma cópia do Tratado de Madri de

1750, confirmando todas as decisões anteriores. Alexandre de Gusmão estava vingado e o *uti possidetis* voltou a imperar, mas só mesmo em 1898, quando o Barão do Rio Branco ganhou a disputa com a Argentina graças ao laudo do presidente dos Estados Unidos, ficou encerrada de vez a questão do território das missões.

Voltemos um pouco atrás para comentar o que foi realmente importante para Portugal e para o Brasil nascente. O Marquês de Pombal tomou a si executar o que Alexandre de Gusmão havia tão cuidadosamente planejado na Amazônia: a sua incorporação formal e a demarcação das fronteiras Norte e Oeste. O planejamento teve duas etapas: uma anterior, preparatória, à assinatura do Tratado de Madri feita por Gusmão, e outra, posterior ao Tratado, de implementação das decisões tomadas, realizada já na administração de Pombal e depois da morte de Alexandre.

Para comentar as providências tomadas é conveniente voltar aos três anos anteriores à assinatura do Tratado. Lembro que Gusmão vivera em Roma vários anos e lá certamente se relacionou com vários especialistas em matemática e astronomia, temas que lhe eram caros. Na época eram famosos os padres matemáticos italianos da Universidade de Bolonha, do norte da Itália, cidade que ele talvez tenha visitado, ou então encontrado esses cientistas em Roma. Ao preparar a posição portuguesa para negociar o Tratado, Alexandre e sua equipe contrataram diversos especialistas para vir ao Brasil tentar justificar as pretensões portuguesas.

Um nome que vem à baila imediatamente é o do francês La Condamine, que poucos anos antes havia feito, pela primeira vez, a longa viagem desde Quito, no Equador, até Belém. Era um cientista de primeira ordem e seus depoimentos e mapas até hoje despertam a

atenção e a admiração dos estudiosos. As informações que seus trabalhos forneceram a Gusmão sobre o rio Amazonas e seus maiores afluentes foram da maior valia para a preparação da defesa luso-brasileira. Foi essencial a utilização desses preciosos mapas de La Condamine por Alexandre de Gusmão, pois a intenção de Gusmão era empurrar o domínio espanhol mais e mais em direção à cordilheira dos Andes e delimitar a fronteira Norte com as Guianas, Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia.

Em 1735 La Condamine partira de La Rochelle para a América do Sul e no ano seguinte já estava nas alturas de Quito, Equador, onde após longas observações conseguiu fixar a linha da metade do mundo, isto é, localizou a linha do equador, em local perto da capital equatoriana. Ele regressaria à França pelo caminho mais complicado, isso é, descendo os rios Napo, Solimões e Amazonas até Belém, onde chegou em 1743. Foi o primeiro explorador a utilizar esse percurso enorme e no caminho fez observações sensacionais para a época. Outro sacerdote francês cujas obras também foram úteis a Alexandre de Gusmão, a partir de 1748, foi o Padre Jean Baptiste Bourguignon d'Anville, que ele conhecera em Paris anos antes.

Ao regressar a Paris, La Condamine apressou-se a redigir um relatório pormenorizado de sua viagem, encaminhado à Academia Francesa de Ciências, que causou sensação e foi logo traduzido para o inglês e impresso nas duas línguas. Seu mapa da Amazônia tinha excepcional valor porque ele visitou também afluentes do grande rio, como o rio Negro, e chegou até a região do Cassiquiare, a interligação da bacia amazônica com o rio Orinoco, da Venezuela. O seu relatório à Academia de Ciências e o seu depois famoso mapa certamente chegaram às mãos de Alexandre de Gusmão e lhe deram os instrumentos de que necessitava para fundamentar seus pontos de vista na prepara-

ção da defesa da tese portuguesa nas negociações com os espanhóis, que culminariam com o Tratado de Madri. Consta que os delegados espanhóis ficavam atordoados com os argumentos lusos e as provas apresentadas pelo brasileiro nas negociações. Não sabiam como contestá-los e acabaram por ceder facilmente sem maiores discussões.

Logo após a assinatura do Tratado, Gusmão continuou a preparar as minutas dos chamados Tratados Anexos. Ele deve ter se comunicado com a Universidade de Bolonha, solicitando a indicação de dois matemáticos e astrônomos em condições de realizar o trabalho de demarcação da fronteira luso-espanhola ao Norte do continente. Deviam ser capazes de fazer observações astronômicas, matemáticas e geográficas, além, de ter conhecimentos de botânica. Lembro que Alexandre instou com El-rei para organizar uma boa escola de matemáticos em Lisboa. Talvez até já tivesse os nomes desejados de dois especialistas que conhecera durante sua estada em Roma. O que interessava mais a Alexandre era a demarcação da fronteira luso-espanhola ao Norte do Brasil, deixando de lado no momento as fronteiras com as Guianas, que mais tarde seriam objeto de disputas com a Inglaterra e a França, respectivamente defendidas por Joaquim Nabuco e Rio Branco.

No entanto, se a briga com Pombal excluiu completamente Gusmão dos assuntos oficiais, é provável que, ao chegar a Lisboa para receber instruções antes de partir para o Brasil, os dois italianos tenham se encontrado discretamente com Alexandre, já afastado do poder, e dele recebido sugestões pormenorizadas sobre como deveriam realizar o trabalho de campo. Curiosamente, apesar da séria briga com Gusmão, o voluntarioso marquês iria confirmar o planejamento do brasileiro e nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado Governador da província do Grão Pará e Maranhão, com

instruções precisas para que ele observasse de perto os trabalhos dos técnicos contratados para a demarcação da fronteira Norte do País. A tarefa seria imensa e, curiosamente, Mendonça Furtado se revelou homem de notável persistência e visão colonial.

Afastado do poder, Gusmão fez a defesa do Tratado com a célebre “Impugnação”, justificando a entrega da Colônia do Sacramento como “velhacouto de contrabandistas”, o que era uma conhecida verdade. Depois dessa defesa, Alexandre não mais veio a público, ou talvez, não o permitiram. Membro do poderoso Conselho Ultramarino, lá ele imprudentemente tentou defender o Tratado, mas uma violenta reprimenda do Marquês lhe tolheu a iniciativa. Morreu amargurado a 30 de dezembro de 1753 e não sabemos se ele chegou a encontrar-se com os matemáticos italianos que haviam chegado a Lisboa para receber instruções e se adaptar ao país e aprender a língua.

Em sua defesa contra as objeções, por vezes ridículas ao Tratado de Madri, da parte de pessoas interessadas no comércio na região da Colônia, Gusmão durante as discussões assim respondera a Pombal:

“Destas palavras infiro que V.S. impugna o novo tratado por informações de ouvida. Se V.S. o tivesse visto, acharia nele que do rio das Amazonas para o norte nos fica mais terreno do que importa o território da Colônia 10 ou 12 vezes mais, e assim se, na opinião de V.S., devia ser o rio Amazonas a nossa meta, veja V.S. quanto mais do que imagina fica estendido o domínio de Portugal pelo tratado dos limites.”

O Barão do Rio Branco, que continuou a obra de Gusmão, quando Ministro das Relações Exteriores mandou fazer um pequeno busto de Alexandre de Gusmão, que ainda pode ser visto em um dos corredores do Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro.

Em maio de 1750, isto é, pouco mais de três meses após a assinatura do Tratado de Madri, foram contratados o padre matemático Giovanni Ângelo Brunelli e o arquiteto e desenhista Antônio Giuseppe Landi, ambos da Universidade de Bolonha, provavelmente ainda por iniciativa de Alexandre de Gusmão. Eles receberiam um elevado salário anual e em agosto de 1751 já estavam em Lisboa. Brunelli fora contratado como astrônomo e matemático da expedição que iria efetuar a delimitação da fronteira Norte e Landi como arquiteto e desenhista, que iria planejar edifícios e igrejas, além de desenhar animais e plantas desconhecidos da região. Os dois ficaram cerca de um ano em Portugal e, em setembro de 1752 estavam prestes a partir para Belém.

A primeira expedição era constituída pelos italianos Brunelli e Landi, e contava com outros técnicos especialistas nacionais e estrangeiros, a saber os capitães João André Schwebel, Gaspar Geraldo Groseld e Gregorio Amaro, tendo por ajudantes Henrique Galluzzi, Adam Leopold Breunning e Felipe Sturm, o Tenente Manuel Goetz e os cirurgiões Daniel Panck e Antônio de Matos, constituindo assim uma verdadeira missão internacional. Não consegui obter informações sobre alguns deles, mas descobri que Schwebel, em 1758, traçou um atlas geográfico do rio Amazonas e do rio Negro, localizando as missões dos padres Carmelitas, e que consta de 41 cartas e vistas desdobráveis, que representam uma contribuição do maior interesse para o estudo da Amazônia do século XVIII. Já na região do rio da Prata, Miguel Antônio Ciera deixou-nos um atlas de considerável valor e que está na nossa Biblioteca Nacional.

Os grupos, porém, eram dois: um deveria delimitar a fronteira Norte e o outro a fronteira Oeste. Landi e Brunelli fizeram observações astronômicas em Belém e o segundo escreveu longos e interessantes relató-

rios. O novo Governador do Grão Pará e Maranhão foi o incentivador dessas duas expedições e Felipe Sturm e Schwebel trabalharam sempre ao seu lado e realizaram bons trabalhos técnicos em 1762, pelo alto rio Negro. O alemão Felipe Sturm visitou o Cassiquiare, mas há poucas informações sobre ele. A expedição que viajou para o rio Negro ficou de encontrar os técnicos espanhóis chefiados por D. José de Iturriaga em Mariuá e lá a comitiva portuguesa esperou por vários meses, sem que os espanhóis aparecessem. Consta que os espanhóis viajaram de Cadiz para Caiena e lá se enfermaram e acabaram por desistir de encontrar-se com os portugueses no alto rio Negro.

Giovanni Ângelo Brunelli (1722-1804) era um bolonhês, presbítero secular formado em astronomia e matemática. Era o mais bem pago da expedição liderada por Mendonça Furtado, que viajou para Mariuá, na região do alto rio Negro, Amazonas. O irmão do Marquês de Pombal não gostava muito dele, como se depreende pela carta enviada ao primeiro-ministro a 17 de julho de 1755. Escreveu o Governador: “Brunelli é soberbíssimo, avarento em sumo grau e desconfiado (...) mas sabe muito bem a sua profissão.” Eles permaneceram em Mariuá esperando os técnicos espanhóis fazendo observações de todo o gênero e como os espanhóis não apareceram, decidiram regressar a Belém, onde chegaram a 26 de dezembro de 1758. No ano seguinte, Pombal expulsava os jesuítas de Portugal e das colônias.

Em 1760 ocorreu sério incidente entre Brunelli e o Bispo do Pará e, em consequência, recebeu ordem de regressar a Lisboa. Em Portugal, em 1761, Giovanni Ângelo foi professor de matemática e geometria na Academia Real da Marinha e professor de matemática no Real Colégio dos Nobres, em Lisboa. Em 1769 voltou a Bolonha, onde só iria falecer em 1804, aos 82 anos de idade. Na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e no Conselho Ultramarino, em Lisboa, existem

três interessantes trabalhos de sua autoria sobre o rio Amazonas e seus afluentes, a pororoca e a mandioca.

Outro ilustre membro dessa expedição ao rio Negro foi Antônio Josef (ou Giuseppe) Landi, também nascido em Bolonha e contratado pelo Carmelita João Álvares de Gusmão, por encargo do Rei D. João V, logo após a assinatura do Tratado de Madri. Ignoro se esse Gusmão era parente de Alexandre e se já estava na Itália, sendo por ele encarregado de procurar os astrônomos, matemáticos e arquitetos que estivessem dispostos a trabalhar na Amazônia recebendo boa remuneração.

Antônio Landi (Bolonha, 1713; Belém, 1791) era um arquiteto e desenhista italiano de bom nível, que já tinha 37 anos e havia realizado trabalhos relativamente importantes na Itália, sobretudo em Ravenna e Bolonha, onde recebera prêmios e era membro da Academia Clementina. Leandro Tocantins afirma que ele era tão competente que, se tivesse ficado na Itália, certamente teria ficado famoso mundialmente, como seus contemporâneos Vanvitelli, Fuga e Dotti. Antônio Landi fora contratado para fazer cartas geográficas, participar dos estudos astronômicos para a delimitação das fronteiras e desenhar construções, plantas e animais da região.

Landi e Brunelli chegaram a Belém em 1753 e lá ficaram outro ano fazendo observações, ajudando na preparação da expedição e se inteirando de problemas e dificuldades da região amazônica, tão diferente da Itália. Só viajaram para o alto rio Negro em 1754, onde deveriam encontrar-se com os técnicos espanhóis para conjuntamente demarcar as novas fronteiras entre os dois impérios. De volta a Belém, Landi casou-se com uma senhora luso-brasileira e lá viveu até morrer em 1791, aos 78 anos de idade. Foi extremamente atuante

como arquiteto e desenhista, pois é o responsável pela planta da bela catedral metropolitana de Belém e trabalhou em numerosas outras igrejas da cidade. Traçou também o plano urbanístico da cidade e até hoje é reverenciado no Pará.

O terceiro grande nome que participou da demarcação das fronteiras Norte e Oeste foi o astrônomo croata Padre Ignácio Szentmártonyi (1718-1793), cuja atuação é controversa, pois acabou preso por vários anos em Lisboa após ter sido condenado pela justiça lusa. Seja como for, ele participou de importantes atividades no terreno da astronomia e cartografia e era considerado muito competente. Ignácio era croata nascido em Kotiri, estudou em Zagreb e foi noviço jesuíta e mais tarde professor em um liceu de Viena. O técnico especialista na região Oeste do Brasil foi esse jesuíta croata Ignácio Szentmártonyi, que realizou excelente trabalho como astrônomo, cartógrafo e matemático, mas só recentemente seu nome veio à tona e tem sido louvado por suas importantes contribuições para essas expedições na Amazônia.⁷

Szentmártonyi fora contratado mais ou menos na mesma época que seus colegas italianos já citados e chegou a Lisboa pouco depois deles em 1751. Ele já havia sido condecorado pela Rainha Maria Ana, da Áustria, e D. José também o premiou com o título de matemático real e astrônomo do tribunal português, com excelente salário. O Padre Ignácio andou medindo a longitude e a latitude de diferentes coordenadas geográficas no baixo rio Amazonas, antes mesmo da saída de Belém da primeira expedição. Sua missão era estabelecer a situação geográfica das localidades e dos rios, de modo a que os geógrafos pudessem elaborar mapas precisos de toda a região. Mais tarde, Szentmártonyi recebeu a função importante de estudar a região ao longo dos rios Guaporé e Madeira, e trabalhou também em

Macapá na embocadura do rio Amazonas. Foi na base dos estudos do croata que os engenheiros puderam elaborar um grande mapa de excelente qualidade que reconstituiu todo o percurso da expedição de Belém até Mariuá.

Infelizmente, as relações do croata com o Governador Mendonça Furtado não eram boas, o qual reclamava que ele perdia muito tempo cuidando de indígenas doentes. A partir de um incidente grave, o Padre Ignácio, em vez de se ater ao trabalho para o qual havia sido contratado, teimou em cuidar mais da saúde de indígenas do que de sua atividade como astrônomo, o que acabou irritando cada vez mais o autoritário governador. Lamentavelmente, durante a campanha de perseguição iniciada pelo Marquês de Pombal contra os jesuítas. Ele foi encarcerado juntamente com outros jesuítas. Esteve detido em Belém e depois em Portugal e só conseguiu viajar para Viena em 1777, onde trabalhou por três anos antes de regressar à sua pátria. Alguns autores afirmam que ele era o mais competente dos astrônomos contratados depois do Tratado de Madri. Outro personagem que, em 1762, andou pelo alto rio Negro e visitou o Cassiquiare foi o alemão Capitão Felipe Sturm, sobre quem há poucas informações.

As comissões de demarcação a princípio eram duas, mas criou-se depois uma terceira: a primeira trabalhou na fronteira dos rios Jauru e Paraguai e no curso médio do rio Madeira; a segunda expedição seguiu o traçado da linha Madeira-Javari e a terceira comissão seguiu o rio Solimões abaixo e o rio Juruá acima, estabelecendo as fronteiras pelas cordilheiras setentrionais até a foz do rio Oiapoque, na Guiana.

Os inimigos do Tratado e a evolução das relações luso-hispânicas no contexto europeu deixaram em suspenso muitos pontos da implemen-

tação do Tratado de Madri, afinal revogados pelo Tratado do Pardo, em 1761. No entanto, como dissemos anteriormente, prosseguiram os problemas em relação à Colônia do Sacramento, mas 16 anos depois os dois novos monarcas, D. Maria I e Carlos III decidiram voltar aos termos do Tratado de Madri, às decisões inspiradas por Alexandre de Gusmão, e firmaram em 1777 outro instrumento bastante semelhante, o Tratado de Santo Ildefonso. Por esse documento os espanhóis cederam as suas pretensões sobre os territórios por eles ocupados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e às áreas amazônicas que desde o século XVII eram uma ocupação quase mansa de numerosos luso-brasileiros. Portugal abria mão de seus direitos às Filipinas e às Marianas, renunciando também aos proventos financeiros de reembolso a que tinham direito no tocante às ilhas Molucas.

Para terminar, algumas palavras sobre o importante esforço do Marquês de Pombal para melhor assegurar as conquistas em nossa fronteira Leste dos Tratados de 1750 e 1777: a construção de uma série de pequenos fortes na região para protegê-la de possíveis ataques dos espanhóis, tão espoliados por Alexandre Gusmão. O maior deles, o Real Forte Príncipe da Beira, está situado na margem direita do rio Guaporé, no atual Estado de Rondônia. Construído em 1776, o forte visava a proteção de uma importante zona de mineração de ouro, que já estava atraindo muitos colonos da região e despertando a cobiça dos espanhóis.

O Príncipe da Beira foi construído pelo sistema de fortificações utilizado na França pelo famoso Marechal Vauban, em forma de quadrado, tendo em cada ângulo um imponente baluarte. O forte tem uma bela cor avermelhada devido ao emprego da pedra de canga laterítica, que é abundante na região. Seu estado de conservação atual é razoável, mas o Iphan e o Governo de Rondônia estão

investindo em sua restauração, uma vez que a sua imponência já atrai considerável visitação turística.

Enfim, essa é a longa história do Tratado de Madri de Alexandre de Gusmão e dos três principais misteriosos padres matemáticos italianos, que em verdade só eram dois (Landi não era padre) e o outro deles era croata e não italiano. Quase todos esses competentes cientistas estrangeiros que tanto ajudaram no estudo e na demarcação de nossas fronteiras, teriam sido indicados por Alexandre de Gusmão antes de sua disputa com o Marquês de Pombal. A eles o nosso agradecimento pelo notável trabalho realizado.

Se na Amazônia tão pouco povoada não houve contestação nem sangue derramado, no Sul foi necessário ajustar fronteiras povoadas e quem pagou altíssimo preço foram os indígenas das missões jesuíticas localizadas no atual Rio Grande do Sul. Milhares de índios tiveram de ser deslocados à força das regiões onde viviam para as outras margens dos rios, já que o antigo território espanhol onde estavam instalados passou a ser território português. Os sofrimentos foram imensos, resultado de combates ferrenhos. A disputa que parecia dirimida pela simples aplicação dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso produziu um verdadeiro banho de sangue. A obstinada resistência dos jesuítas foi punida pela sua expulsão de Portugal, do Brasil e de outras colônias pelo Marquês de Pombal. Após a independência da Argentina, seus dirigentes continuaram a criar litígios com as autoridades brasileiras sobre aquela região, que só foram resolvidos em definitivo na última década do século XIX pelo Barão do Rio Branco, que obteve do Presidente dos Estados Unidos da América uma sentença favorável de arbitragem a nosso favor. As belas e imponentes ruínas das missões jesuíticas ainda aí estão a testemunhar a importância daquelas instalações.

Notas

- 1 ARAÚJO JORGE, J. G. de. *Ensaios de história e crítica*. p. 18.
- 2 CASTELO BRANCO, C. *Perfil do Marquês de Pombal*. Lisboa, 1888. p. 82.
- 3 CORTESÃO, J. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II, parte I, p. 290.
- 4 CORTESÃO, J. Op. cit., p. 289.
- 5 RIO BRANCO, M. do. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 23.
- 6 CORTESÃO, J. Op.cit., p. 143.
- 7 Vide estudo de Iran Abreu Mendes.

Bibliografia

- ABREU, C. de. *Capítulos de história colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1934.
- ALMEIDA, L. F. de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madri*. [S. l.]: Universidade de Coimbra, 1990.
- ARAÚJO JORGE, A. G. de. Ensaios de história e crítica. In: _____. *Alexandre de Gusmão, o avô dos diplomatas brasileiros*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948. p. 3-50.
- CASTELO BRANCO, C. *Perfil do Marquês de Pombal*. Lisboa: [s. d.], 1888.

CORTESÃO, J. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1954. 9 v. Documentação sobre o tratado. A FUNAG publicou em 2006 outra edição em dois volumes que é muito útil, de fácil manejo e está disponível.

DARIGO, F. M. *Historiografia em ensaios*. Niterói: [s.n.], 2011. O livro contém dois estudos sobre “A Amazônia e o Eldorado” e “O Homem e o desenvolvimento da Amazônia”.

LIMA SOBRINHO, A. E. de. *As ideias econômicas de Alexandre Gusmão: o mercantilismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 1976.

MENDES, I. A. *A astronomia de Ignácio Szentmartonyi na demarcação das fronteiras da Amazônia no século XVIII*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA. SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA, 9. *Anais...* Rio Grande do Norte, UFRN, [200-?]. p. 1-12. Disponível em: <http://www.each.usp.br/ixsnhm/Anaisixsnhm/Comunicacoes/1_Mendes_I_A_Astronomia_de_Ign%C3%A1cio_Szentm%C3%A1rtonyi.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

MENDONÇA, I. M. G. *Um artista entre dois continentes: Antônio José Landi*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MENDONÇA, M. C. de. *A Amazônia na era pombalina*. Brasília: Editora do Senado, 2008. 3 v.

MENDONÇA, R. de. *Os sete povos das Missões e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1940.

MOURA, C. F. *Astronomia na Amazônia no século XVII*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

PAIM, G. *A Amazônia de Pombal sob ameaça*. Rio de Janeiro: Editorial Escrita, 2006.

_____. *De Pombal à abertura dos portos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.

REIS, A. C. F. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. 2. ed. Belém: Secretaria Estadual de Cultura de Belém, 1993.

_____. _____. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 244, jul./set. 1959.

RIO BRANCO, M. P. do. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2010. (Excelente estudo.)

ROBUSTELLI, G. Inventário dos documentos da coleção Brunelli. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 116, p. 187-218, [1996?].

RODRIGO OCTAVIO, L. de M. *Alexandre de Gusmão et le Sentiment Américain dans la Politique Internationale*. Paris: Editor Recueil Sirey, 1930.

TOCANTINS, L. Landi, um italiano luso-tropicalizado. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 13-27, jul./set. 1969.

Palestra pronunciada em 12 de março de 2013